

O BRASIL-COLÔNIA: EM QUE MEDIDA MAIS URBANO DO QUE PARECE À PRIMEIRA VISTA?

BEATRIZ PICCOLOTTO SIQUEIRA BUENO

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo.

bpsbueno@gmail.com

RESUMEN: A historiografia sobre o processo de urbanização no Brasil no período colonial pautou-se, em geral, pelo estudo das *vilas* e *idades* em detrimento dos demais núcleos de povoamento que pontuavam territórios cumprindo diferentes papéis. *Lugares, arraiais, capelas, freguesias, julgados, bairros rurais, aldeias indígenas, aldeamentos missionários, pousos, registros, passagens, barreiras, fazendas, sítios, currais e fortalezas* ficaram obscurecidos em meio à rarefeita rede de *vilas* e *idades*. A historiografia tampouco deu atenção à natureza da multifacetada teia de comunicação que articulava esses núcleos – *rios, córregos, veredas, trilhas, caminhos e calçadas* – que permitiam ou dificultavam fluxos e contatos interregionais, em meio à difícil e plural geografia física e humana que até hoje caracteriza as nossas diversas paisagens culturais. Uma série de mapas presta-se de maneira exemplar à reconstituição de uma trama perdida no tempo, por meio de recursos de informática contemporâneos, propiciando estudos quantitativos mais pormenorizados que certamente fundamentarão um olhar qualitativo mais minucioso com foco nas dinâmicas e práticas cotidianas, no ritmo das viagens, na distância entre as *localidades*, nas dificuldades de contato, no fluxo dos rios, nas barreiras impostas pela topografia e a vegetação ou por grupos humanos, nos pontos de paragem para descanso e pedágio, etc. A visão de conjunto propiciada pelo exame de certos mapas permite assim reconceituar noções como a de “rede” e de urbano” no Brasil-Colônia, analisando aspectos gerais e especificidades regionais, as diversas escalas, modalidades e temporalidades, propiciando novas hipóteses sobre enraizamento e mobilidade no processo histórico de ocupação e devassamento do território colonial. Estudos dessa natureza realizados por uma nova safra de autores podem assim nos ajudar a responder a pergunta que orienta esta comunicação: em que medida o Brasil-colônia foi mais urbano do que parecia à primeira vista?

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia da Paisagem, Cultura Material, Urbanização, Rede Urbana, Século XVIII.

Por uma Arqueologia da Paisagem

Pensar em métodos de leitura da **paisagem** da **cultura material** nos leva a flertar com a **Geografia** nas suas interfaces com a **História**, tal como fez Fernand Braudel em *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII*¹.

Desvelar **camadas** de tempos e imaginar **dinâmicas, lógicas antrópicas de enraizamento e de mobilidade na paisagem** significa imaginar **fluxos** em caminhos e rios nas suas possibilidades e dificuldades de comunicação, em busca dos **vestígios de uma fenomenologia dos modos de ser e estar** em escala macrorregional.

A perspectiva macrorregional impõe-se como um desafio desejável, na medida em que se observa a predominância de uma historiografia muito regionalizada.

Para tanto, a cartografia é fonte privilegiada. Embora exijam críticas internas por sua dimensão retórica, ideológica e por suas agendas ocultas², mapas são ímpares na sua capacidade de registrar relações espaço-temporais para se aquilatar **práticas e dinâmica** sem suas **lógicas de funcionamento cotidiano**.

Uma nova safra de estudos dão a ver relações macroterritoriais inimagináveis e, ao mesmo tempo, permitem repensar conceitos que engessam a História Urbana.

Permitem entender a **rede urbana** na sua conotação mais ampla, nela incluindo-se *pousos, bairros rurais, fazendas, feiras, passagens, barreiras, registros* e demais **pontos nodais** relacionados às cidades, vilas, capelas, freguesias, julgados e aldeamentos missionários. Isso possibilita ampliar o **conceito de urbano** para todo e qualquer **vestígio de localidade indicativa de presença humana irradiada de demandas urbanas**, via **homens urbanos**, a despeito da sua fragilidade demográfica, formal e estatuto político.

Esses estudos permitem ainda alargar o **conceito de núcleo urbano** propriamente dito, ao demonstrar que lhe orbitavam um rosário de *fazendas e sítios* que alimentavam mercados distantes. Nesse sentido, achamos pertinente incluir no horizonte das questões citadinas pontos de economia que extrapolavam a lógica da subsistência, dando-lhes visibilidade por estarem imantados a circuitos urbanos e que, em constelação, configuravam **territorialidades entretecidas por vivências cotidianas**.

A ideia é desvelar **paisagens** pretéritas representadas na cartografia, entendendo-as como configurações territoriais de um *“conjunto de elementos naturais e artificiais”* e, como tal, uma *“espécie de palimpsesto onde, mediante acumulações e substituições, a ação das diferentes gerações se superpõe”*³.

1 Fernand Braudel, *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*, São Paulo: Martins Fontes, 1995, 3 v.

2 J. B. Harley, *La nueva naturaleza de los mapas*, México: FCE, 2005.

3 Sobre o conceito de paisagem e rugosidades, cunhados sob inspiração de Fernand Braudel, ler: Milton

Uma nova safra de estudos e suas potencialidades interpretativas

O desafio hercúleo impõe um trabalho coletivo para se desconstruir “narrativas” e “lugares comuns”⁴ que acabaram adquirindo estatuto historiográfico.

Pesquisas recentes embaçam nossos olhos viciados por certos estereótipos, fazendo saltar à vista novas **territorialidades** com ramificações bastante alargadas.

Sem o saber e desconectados entre si, esses estudos lançam luz em evidências empíricas que merecem debate por seu ineditismo e por conspirarem para uma necessária releitura do Brasil em seu conjunto, inclusive nas suas interfaces com a América Espanhola e com outros continentes:

- a) Desmontam a tese da “colonização arquipelágica”, rompendo com a ideia de “fragmentação” e “descontinuidade” entre as partes do Brasil.
 - b) Revelam territorialidades macrorregionais e zonas de intersecção de perfil cultural híbrido, compartilhando hábitos, dialetos e costumes que subvertem as fronteiras políticas que lhe foram impostas.
 - c) Permitem refutar narrativas e ideologias emanadas dos Institutos Histórico e Geográficos regionais que, ao construírem as identidades dos Estados da República Federativa então em gestação, isolaram-nos do conjunto, contaminando gerações de pesquisas e pesquisadores igualmente regionalizados.
-
- a) Desmontam axiomas históricos, como ideias de bandeirantes paulistas desbravadores de territórios incógnitos; estaqueada na divisão técnica e social do trabalho, reforçando a ideia da interdependência entre zonas vinculadas ao comércio atlântico e zonas de abastecimento, fugindo da dicotomia clássica litoral-sertão.
 - b) Demonstram a interdependência de fluxos que entretecem o mercado interno ao comércio platino e andino e às outras “três partes do mundo”⁵.
 - c) Esses estudos revelam materialmente formas e tipologias de articulação, inclusive intermodais.

Santos, *A natureza do espaço*, 4a.ed., São Paulo: Edusp, 1996, p. 104.

4 Maria Stella Brescinani, “Identidades inconclusas no Brasil do século XX – fundamentos de um lugar-comum” em Maria Stella Brescinani y M. Naxara, *Memória e (re)sentimento*, Campinas: Editora da Unicamp, 2001, pp. 403-429.

5 Serge Gruzinski, *As quatro partes do mundo*, São Paulo: Edusp, 2014.

- d) Revelam uma diversidade de pontos de enraizamento e mobilidade de uma rede urbana mais plural e interiorizada do que nos parecia.
- e) Metodologicamente, têm como denominador comum o gosto pela cartografia que, seriada e cruzada com outras fontes, dá a ver relações espaço-temporais, permitindo mensurar seus graus de incidência.
- f) A cartografia mostra-se nesses estudos um documento privilegiado para se imaginar distâncias, aquilatar dificuldades, obstáculos, tempos de viagem, bem como inferir sobre a vegetação, o clima, os índices pluviométricos, o solo, a orografia e as preexistências nativas.
- g) Esses estudos nos incitam a “varrer a pé” e a “pensar con los ojos”⁶, despojando-nos da comodidade do gabinete e das bibliotecas cada vez mais agigantadas que nos impõem um sedentarismo nefasto.
- h) Ao romper com categorias inertes como “sertão”, “homogêneo”, “vazio”, “incógnito”, mostram a pluralidade de paisagens culturais resultantes da interação entre homens e naturezas (ambos no plural). Ousam inclusive desconfiar da homogeneidade da categoria “sertão”, bem como dos biomas, mostrando diversidade na aparente homogeneidade.
- i) Numa linha de trabalho braudeliana, buscam explicitar “onde”, “quem passava”, “o que se transportava” e “como” funcionavam as comunicações entre as partes colônia, dando pistas sobre diferentes tipologias de rotas terrestres e fluviais e de núcleos de enraizamento e mobilidade que garantiam pouso e abastecimento nas jornadas.
- j) Muitos deles valem-se dos sistemas de informação geo-históricas (SIGs), ferramenta importante para dar a ver quantitativa e qualitativamente graus de incidência, cruzando e especializando fontes nem sempre visuais.
- k) Mostram a interdependência entre os mundos urbano e rural que nos permite reconceituar a noção de rede urbana, incluindo núcleos além das tradicionais cidades, vilas, capelas e freguesias.

6 Damián Bayón, *Pensar con los ojos*, México: FCE, 1982.

- 1) Permitem igualmente reconceituar a categoria “homens urbanos”, nela incluindo homens rurais cujas atividades vinculavam-se ao abastecimento de circuitos urbanos.

No que tange à rede urbana, o *Atlas Histórico da América Lusa*⁷ publicado por Tiago Gil e Leonardo Barleta dá a medida da tessitura de vilas e cidades. Entretanto, escapam-lhe os *lugares, arraiais, capelas, freguesias, julgados, aldeamentos missioneiros, pousos, registros, passagens, fazendas de abastecimento, currais, fortalezas* e outros núcleos de povoamento e mobilidade que dariam um quadro mais completo da **urbanização**, permitindo rever a **geografia do colonialismo**, a nosso ver, **menos arquipelágica** e mais integrada.

Obviamente essa tarefa hercúlea demanda equipes integradas. Nesse sentido, revelam-se promissores os esforços de alguns autores em enriquecer a trama, apertando sua urdidura e expandindo-a em todas as direções.

Nathália Montenegro Diniz⁸ inova ao abordar uma macrorregião – os *Sertões do Norte* –, extrapolando fronteiras políticas e acadêmicas. Põe luz numa significativa rede de fazendas em área até então pensada como um grande vazio. Para além da importância do inventário em si, a narrativa ensejada pela rede de casas de fazendas, engenhos de rapadura e casas de farinha versa sobre o processo de formação social dos *Sertões do Norte*, sobre sua diversidade geográfica (física e humana), sobre as redes de comunicação terrestres (caminhos, veredas, estradas) e fluviais que lhe articulavam, sobre a rede urbana de lugares, capelas, freguesias, vilas, cidades, pousos, feiras, barreiras, registros e passagens. Nas entrelinhas do discurso, Nathália Diniz introduz uma série de novidades: interdependência entre o mundo rural e o urbano; homens em movimento numa economia em movimento; complexa cadeia produtiva e divisão técnica e social do trabalho; práticas e dinâmicas relativas aos fluxos de mercadorias e formas de organização do comércio, mostrando como as comitivas que acompanhavam a gadaria transportavam gêneros variados, dando colorido a um mercado interno até então inexplorado desse ponto de vista. Por meio do inventário de um artefato da cultura material, a autora desvenda outros tantos, desmontando teses sobre o isolamento e a desolação impostos por uma geografia agreste. Revela assim uma complexa “civilização do couro”, rompendo com estereótipos consagrados pela historiografia tributária de Capistrano de Abreu e dos Institutos Históricos e Geográficos regionais, eternizados pelos memorialistas, folcloristas e romancistas, mostrando o papel da vasta região interiorizada dos atuais estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia para o resto do Brasil e do mundo urbanizado. Afinal, se a carne verde e salgada alimentava os circuitos urbanos do litoral e das áreas de mineração, o gado era força motriz de carros de bois e engenhocas, o couro embalava o tabaco destinado ao escambo de escravo na África, bem como era matéria prima para a confecção de inúmeros artefatos de uso cotidiano (bolsas, malas, arreios, selas, chicotes, solas de sapato, assentos e encostos de

7 Tiago Gil e Leonardo Barleta, *Atlas histórico da América lusa*, Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016.

8 Nathália Diniz, *Um sertão entre tantos outros*, São Paulo: Versal, 2015.

cadeiras, chapéus e outros elementos de indumentária) aqui e alhures. Essa interdependência entre o mundo rural e o urbano recoloca a interpretação das economias regionais em outro patamar de discussão. Espacializadas e alinhadas numa rede de caminhos e ribeiras, as fazendas entram num circuito de relações mais amplas e ganham importância nos estudos de história da urbanização, de história social e cultura material. A cartografia antiga permitiu reconstituir espacialidades e territorialidades que nossa memória não alcança. A cartografia somada aos relatos oficiais e dos viajantes permitiu pincelar na imaginação do leitor as dificuldades das longas jornadas das boiadas em caminhos que se acomodavam à paisagem, contornando serras, adentrando boqueirões e margeando ribeiras que ao mesmo tempo hidratavam a gaderia e a alimentavam de sal. A narrativa cheia de vida convida o leitor a percorrer os caminhos junto das ribeiras e vivenciar a lida diária, as agruras das longas jornadas, o cotidiano das viagens com boiadas de até 200 reses em direção às feiras e portos do litoral. Nas ribeiras e estradas pode-se imaginar - em meio ao gado tangido por vaqueiros, tangedores e guias - a malotagem dos *comboios* de mercadorias e o comércio correlato. Tangia-se o gado para que não saísse do caminho ou se amontoasse. Pode-se imaginar, a cada 4 a 5 léguas, as pausas para descanso da comitiva em lugares onde se pudesse arranchar. Dali a passagem da boiada ao passador e dele ao marchante até as feiras destinadas às trocas mercantis e vilas onde estavam os matadouros, curtumes e oficinas de salga. Nesse sentido, o frescor do livro resulta das tantas novidades nele contidas que lastreiam a hipótese central que o intitula: a ideia de *um sertão entre tantos outros*. No plural, com geografias diversificadas e antropizadas heterogeneamente, essas zonas do Norte ganham contornos à medida em que se entrecem a outras tantas do Brasil afora. Falar de “**sertão nordestino**” não só empobreceria a leitura por homogeneizar e delimitar um território variado e permeável, como significaria incorrer em anacronismo por se tratar de uma terminologia forjada no século XX e carregada de ideologias pejorativas. Nem mesmo a **caatinga** mostra-se um bioma homogêneo, também ela revela-se plural, vez por outra menos árida e sazonalmente verdejante. No livro, a caatinga mostra-se irrigada por uma capilar rede de *ribeiras* que se entrelaça a caminhos, veredas e estradas e alinhava complexa rede de núcleos urbanos e sesmarias voltadas ao criatório, configurando-se como unidades administrativas, outra novidade e contribuição da autora.

Sobre os *Sertões do Norte*, completam o cenário os estudos de Damião Esdras Arraes⁹ que incluem outros ingredientes nessa complexa e heterogênea paisagem em suas interfaces com as capitânicas do entorno, georreferenciando plural rede urbana de cidades, vilas, capelas, freguesias, julgados, aldeias missioneiras, feiras, fazendas, engenhos, currais, pousos, barreiras, passagens, registros, minas de salitre, arraiais de mineração de ouro e diamantes, etc, dando a medida da urdidura da trama e rediscutindo a imagem de “vazio” “incógnito” e “pobre” que rondou a historiografia sobre o semiárido desde Capistrano de Abreu. Sua contribuição georreferenciada amplia nosso conhecimento inclusive sobre as redes de comunicações, na sua hierarquia plural, incluindo Estradas Gerais, caminhos, ribeiras navegáveis e mensurando o fluxo de pessoas e

9 Esdras Arraes, “Pensar con los ojos sertões, cartografar territórios e representar paisagens”, en *Caderno de Resumos VI EIHC – Encontro Internacional de História Colonial*, Salvador: EDUNEB, 2016, p. 278.

mercadorias transportadas. Seu objetivo é cartografar regressivamente a lógica e a dinâmica dos fluxos que justificaram uma rede urbana macroterritorial.

Na mesma linha, só que com recorte menos alargado, inserem-se os estudos de Catarina Agudo Menezes¹⁰. Neles a autora desconfia das assertivas sobre as representações de Alagoas como polo açucareiro emanadas do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e local, mostrando, desde o século XVII, a interdependência do criatório com a economia do açúcar em pleno litoral (junto da foz do São Francisco). Apoiando-se no mapa de Georg Marcgraf, quantifica e qualifica os tantos currais e engenhos ali existentes.

A mesma interdependência e complementariedade de economias observa-se nas margens dos rios Parnaíba, Itapecuru e Mearim, entre Maranhão, Piauí e Bahia. Samir Roland¹¹ vem demonstrando arede de fazendas, engenhos de açúcar e currais de gado que destinavam-se a abastecer ao mesmo tempo o mercado interno e o comércio atlântico.

A mesma interdependência de economias aparece nas pesquisas de Nádia Moura¹². Ao focar a Capitania de Goiás, mostra a coexistência de criação de gado e mineração, especialmente na Comarca do Norte. Aliás, deixa claro que a Coroa portuguesa sequenciava o regime das vivências cotidianas ao demarcar seus territórios de controle e, nesse sentido, sabiamente dividiu a capitania em duas comarcas. A do Sul tinha uma nítida articulação com São Paulo e Minas Gerais e mostrava-se mais afeita à mineração e ao comércio, inclusive abastecendo o Mato Grosso; a do Norte, articulava-se ao Pará via rio Tocantins, navegável entre Meia Ponte (Pirenópolis) e Cametá, bem como à Bahia por meio de rotas terrestres que conectavam a bacia do Tocantins à do rio São Francisco, com cabeça em Natividade. Nesse sentido, aponta para a vocação da capitania como nó de entrocamento e articulação da colônia do Viamão ao Pará, do litoral ao Mato Grosso

Nessa direção, complementam suas assertivas os estudos recentes de Junia Furtado¹³ sobre o papel do rio Tocantins como articulador macrorregional. Com foco na *Carte manuscrite de la navigation de la riviere des Tocantins* (c. 1735-1742), mostra o curso do rio e seus tributários, do arraial da Meia Ponte (Pirenópolis), em Goiás, bem próximo de sua nascente, até a vila de Cametá, já na foz no rio Amazonas. Esse longo mapa, que mede 3m e 33 cm de comprimento por 65 cm de largura, foi interpretado à luz do manuscrito *Roteiro da derrota do rio Tocantins até Belém do Pará*, que

10 Catarina Menezes, *Entre palavras e desenhos*, Mestrado (Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010. Doutorado em andamento na FAUUSP, sob orientação de Nestor Goulart Reis.

11 Samir Roland, “Historiografia e a colonização do Vale do Parnaíba: o processo de consolidação da ocupação e do povoamento (1720-1759)”, em *Caderno de Resumos VI EIHIC – Encontro Internacional de História Colonial*, Salvador: EDUNEB, 2016, 284-285.

12 Doutorado em andamento na FAUUSP, sob minha orientação.

13 Junia Furtado, “Metamorfoses da colonização: o rio Tocantins e a expansão para o oeste em mapas e relatos (século XVIII)”, *Tempo* (Niterói, online), vol. 22, n. 40, p. 367-399, mai-ago., 2016 .

descreve uma expedição que **desceu o rio Tocantins, da nascente em Meia Ponte até Cameté**, totalizando **quasetrês meses de árdua jornada**, entre 2 de novembro de 1734 e 23 de janeiro do ano seguinte, quando atingiu Belém do Pará. *Mapa e Roteiro* são cotejados ainda com o *Roteiro de viagem de José da Costa Diogo e João (sic) Barbosa, sobre a derrota do rio São Francisco pelo rio Urucuyá até as Minas de Goyases em 1734*. Com a sagacidade que lhe é peculiar, Junia Furtado mostra por meio desse conjunto documental a integração entre duas bacias macrorregionais, bem como as **formas transitórias e permanentes de colonização** que iam se estabelecendo **ao longo desses rios**, como **fazendas, núcleos urbanos e casas-fortes** para proteção contra o ataque de gentios. José da Costa Diogo e seus companheiros se deparam com catas auríferas já exploradas, fazendas e núcleos de povoamento instalados no rio e proximidades, cuja população fora atraída pela mineração e pela cultura do gado. Os estudos de Junia Furtado também permitem rever outra “tópica” emanada dos Institutos Histórico Geográficos, a dos “bandeirantes paulistas” como desbravadores de territórios vazios. Quando os atores supracitados chegaram ao Tocantins, já havia fazendas, mineração, currais de gado instalados por gente proveniente do rio São Francisco.

No mesmo diapasão desmistificador é o estudo de Maria Aparecida Borrego¹⁴ que revela que os homens mais ricos de São Paulo não eram “bandeirantes”, mas negociantes portugueses natos que enriqueceram nas suas articulações cotidianas com o Rio de Janeiro, Goiás e Mato Grosso. Com foco na **cultura material**, por meio dos inventários *post-mortem*, Maria Aparecida Borrego investiga o conteúdo das **lojas** de São Paulo e a natureza das mercadorias importadas via Rio de Janeiro e gêneros da terra recolhidos nas imediações de São Paulo levados às minas de Goiás e Mato Grosso na primeira metade do século XVIII. Seu trabalho alinha-se a outros que refutam a tese do isolamento e da pobreza de São Paulo, mostrando a cidade como um entroncamento vocacionado a promover articulações macrorregionais.

Às constatações supracitadas somam-se as de Tiago Kramer de Oliveira¹⁵, com foco nas sesmarias concedidas ao longo dos caminhos e rios que abasteciam os viajantes para Mato Grosso. Mostra uma rede de fazendas e sítios relacionados ao plantio de gêneros de primeira necessidade e também à criação de animais para abastecimento dos viajantes, posicionando-se estrategicamente ao sabor do tempo das jornadas diárias.

Na mesma direção situa-se o estudo de Laurent Vidal¹⁶ sobre a natureza dos **posos**, definidos

14 Maria Aparecida Borrego, *A teia mercantil*, São Paulo: Alameda, 2010 e “Viandantes e carregações entre a cidade de São Paulo e as minas de Cuiabá”, em *Anais do EHC – Encontro Internacional de História Colonial*, Salvador, 2016.

15 Tiago Kramer de Oliveira, *Desconstruindo velhos mapas, revelando espacializações: a economia colonial no centro da América do Sul (primeira metade do século XVIII)*, Doutorado (História Econômica), Universidade de São Paulo, 2012.

16 Laurent Vidal, “A gênese dos posos modernos. Considerações sobre as formas (urbanas) nascidas da espera. *Tempo* (Niterói, online), vol. 22, n. 40, p. 400-419, mai-ago., 2016

como “filhos dos caminhos”, “formas nascida da esperados homens em deslocamento” e dedicados ao “acolhimento dos homens em pausa”. Introduzindo uma variável nova de análise, o tempo, põe luz nos ritmos que deram origem a esses abrigos. Sendo uma categoria de tempo, o ritmo, e as rupturas que ele contém, definem os pousos como uma forma de tempo modelado. Um tempo pensado espacialmente para acolher a imobilização temporária de um fluxo no decorrer de um percurso. Interessante é o exemplo do **Pouso de Camapuã**, fundado em 1720 no caminho das monções para Cuiabá, entre as cabeceiras dos rios Sanguessuga e Camapuã. Ponto de apoio nos 14km de **varaço**, Camapuã vai acolher uma fazenda para criação de gado e plantação de alimentos com o intuito de abastecer os **comboios**, funcionando inclusive para consertar as canoas.

Complementam esses estudos, outros relacionando São Paulo à Bacia Platina. Denise Soares de Moura¹⁷ analisa o papel de uma simples freguesia – a Freguesia do Ó -, nas suas interfaces com a costa atlântica, especialmente envolvendo-se com a produção e o comércio de aguardente na cidade de São Paulo (1765-1822), com o circuito Angola e a Bacia do Prata. Para tanto foram utilizados os Maços de População da Capital, especialmente do ano de 1802, e os mapas de importação e exportação da vila de Santos produzidos por sua alfândega para a Real Junta de Comércio, no Rio de Janeiro. A autora revela o caráter estratégico da aguardente no tráfico de escravos na costa da América portuguesa até os portos platinos de Montevideu e Buenos Aires, funcionando como moeda de troca.

Na mesma senda, inserem-se os estudos de José Carlos Vilardaga¹⁸ que também permitem empiricizar a interdependência entre o circuito platino, vicentino e angolano, via Rio de Janeiro, no período da União das Coroas Ibéricas. Via rios Tietê ou Ivaí ou Piqueri acessava-se o rio Paraná e deste o rio Paraguai, atingindo-se Assunção e as Minas de Potosí. Havia ainda peabirus que margeavam o rio Paranapanema e permitiam acesso à Assunção por via terrestre. Da mesma forma, pela costa podia-se acessar Buenos Aires e Montevideu. O comércio atlântico e andino articulava-se via Capitania de São Vicente, envolvendo modalidades oficiais e muito “*contra bando*”, inclusive contando com a conivência das autoridades metropolitanas de ambas as coroas, aparentadas entre si e, por meio de matrimônios, com as elites regionais. Nessas zonas de fronteira, no chamado Guairá, falava-se um “castelhanês-guarani” fruto de processos de **fertilização mútua** entre os tantos atores envolvidos.

Em seus estudos mais recentes, José Carlos Vilargaga¹⁹ apoia-se nas contribuições de Nestor

17 Denise Moura, “De uma freguesia serra acima à costa atlântica: produção e comércio da aguardente na cidade de São Paulo (1765-1822)”, *Topoi*, v. 13, n. 24, jan.-jun. 2012, p. 73-93. 73

18 José Carlos Vilardaga, *São Paulo no império dos felipes. Conexões na América Meridional (1580-1640)*, São Paulo: Intermeios, Fapesp, 2014.

19 José Carlos Vilardaga, “Na bagagem dos peruleiros: inventários dos bens de contrabando do caminho proibido de São Paulo ao Guairá”, em *Anais do EIHIC – Encontro Internacional de História Colonial*, Cidade da Bahia, 2016.

Goulart Reis Filho²⁰ sobre a mineração nas capitânicas da Repartição do Sul, demonstrando como o ouro extraído nos arredores de São Paulo, no Paraná e em Santa Catarina, também funcionava como moeda de troca no comércio platino e andino.

Em seu estudo, Nestor Goulart Reis Filho chama a atenção para o trabalho de Rubens Giancesella²¹, mostrando como os indígenas foram fundamentais no cotidiano de existência e sobrevivência nessa paisagem cultural, rompendo com o estereótipo da “tabula rasa” recorrente na historiografia que considerou em geral a América um continente vazio. Valendo-se da contribuição de arqueólogos, antropólogos e geógrafos, mostra como os ádvenas elegeram como espaços de vivência certos *nichos ecológicos* e diversas trilhas de penetração continental.

Se Rubens Giancesella repropõe um novo olhar sobre a aparente simplicidade dos nossos primeiros núcleos e trilhas antigas, mostrando as lógicas que presidiam sua instalação e a simbiose com preexistências nativas, outro estudo igualmente importante permite redefinir o conceito de urbano para além da urbe propriamente dita. Numa linha de trabalho que vimos desenvolvendo nos últimos anos²², lastreado nas *Décimas Urbanas* (impostos prediais) e *Maços de População*, Diogo Borsoi²³ mostra a interdependência entre o mundourbano e o rural que lhe rodeava, redimensionando o papel de uma simples povoação como Cunha entre as vilas de serra acima e os portos da marinha. As *décimas* revelam significativo conjunto de “lavradores” que ali residiam “quando vinham à vila”. Seu cabedal envolvia criação de porcos e plantio de milho com auxílio de 10 a 30 escravos africanos, o que nos levou a suspeitar de não se tratar de homens restritos à economia de subsistência. Descobre-se assim uma rentável rede de abastecimento do Rio de Janeiro pos chegada da Corte, sobretudo assentada na “indústria do toucinho”, daí os porcos, o milho e os tantos escravos, o que nos permite repensar o conceito de urbano e de homens urbanos, ampliando seu escopo.

Ao nosso ver, esses assentamentos pequenos, com baixas densidades demográficas e aparência aquém do estereótipo citadino, por sua capacidade de irradiação de urbanidade em escalas regional e até intercontinental, deveriam ser incluídos na rede, o que permitiria pensar o Brasil-Colônia mais urbano do que nos parecia à primeira vista.

20 Nestor Goulart Reis, *As minas de ouro e a formação das Capitânicas do Sul*, São Paulo: Via das Artes, 2013.

21 Rubens Giancesella, *Paisagens no tempo: vilas litorâneas paulistas*, Mestrado (Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2008, sob minha orientação.

22 Beatriz Bueno, *Aspectos do mercado imobiliário em perspectiva histórica: São Paulo (1809-1950)*, São Paulo: Edusp, 2016; Beatriz Bueno, “A longo dos rios: os primeiros sítios urbanos de São Paulo”, *Da Cultura*, ano XIV, n. 25, p. 35-40, 2015.

23 Diogo Borsoi, *Nos traços do cotidiano. Cunha entre as vilas de serra acima e os portos da marinha*, Mestrado (Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2010, sob minha orientação.